

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.935 - MG (2019/0174626-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ATALIDES MOREIRA DE SOUZA
AGRAVANTE : MARIA ALICE BARBOSA DE SOUZA
ADVOGADO : GUSTAVO SOARES DA SILVEIRA GIORDANO - MG076733
AGRAVADO : POLIANA APARECIDA RIDOLPHI
AGRAVADO : MARCO AURÉLIO RIDOLPHI
ADVOGADO : POLIANA APARECIDA RIDOLPHI - MG124167
INTERES. : ALTAMIR MOREIRA DE SOUZA - ESPÓLIO
INTERES. : MARIA APARECIDA DE SOUZA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARCO AURÉLIO RIDOLPHI - INVENTARIANTE

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS (ART. 85, §11, CPC/2015).

- 1. Pacífico o entendimento desta Corte de que a parte agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.*
- 2. Agravo em recurso especial não conhecido.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ATALIDES MOREIRA DE SOUZA e MARIA ALICE BARBOSA DE SOUZA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

O presente recurso não pode ser conhecido, em virtude da ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Isso porque, em atenção ao princípio da dialeticidade, esta Corte Superior tem manifestado reiteradamente que alegações genéricas não são suficientes para

Superior Tribunal de Justiça

impugnar os fundamentos da decisão que inadmite recurso especial, sendo necessária argumentação específica, adequada às particularidades do caso concreto e apta a demonstrar o desacerto da decisão agravada, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo.

No caso sob exame, o Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, entre outros fundamentos, por considerar que: (a) incide o óbice da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça, pois não é possível a revisão dos fundamentos fático-probatórios do acórdão recorrido no sentido de que se configurou a preclusão no caso dos autos, inviabilizando a apreciação das matérias veiculadas; e (b) incide o óbice das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal quanto à alegação de ofensa ao art. 2.004, § 2º, do Código de Processo Civil, uma vez que não houve o prequestionamento da matéria, pois *"a solução dada pela Turma Julgadora para dirimir a controvérsia prescindiu da exegese da referida norma, pois foi empregado fundamento prejudicial à tese sustentada pelos recorrentes, consistente na afirmação de referido tema não ter sido veiculado na apelação"* (e-STJ fl. 643).

Contudo, nas razões do agravo em recurso especial (e-STJ fls. 646-660), os recorrentes limitaram-se a defender que todas as matérias discutidas são exclusivamente de direito e a reiterar a alegação de ofensa a diversos dispositivos do Código Civil, mas não expuseram as razões pelas quais não demandaria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos a revisão das conclusões da Corte estadual especificamente quanto ao reconhecimento da preclusão dos temas veiculados no recurso especial.

Ademais, os agravantes afirmaram genericamente a ocorrência do prequestionamento, mas não individualizaram de que forma o Tribunal de origem teria analisado o conteúdo normativo do art. 2.004, § 2º, do CPC, deixando de impugnar especificamente o fundamento da decisão recorrida de que essa matéria restou prejudicada pela conclusão do órgão julgador de que o tema não fora suscitado na apelação.

Portanto, verifica-se que os agravantes deixaram de impugnar de forma

específica os fundamentos da decisão de admissibilidade acima referidos.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte Superior:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal.

Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DA REQUERENTE.

1. Razões do agravo em recurso especial que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão proferida em juízo prévio de admissibilidade, violando o princípio da dialeticidade, o que autorizou o não conhecimento do reclamo, nos termos do art. 932, inc. III, do CPC/15.

1.1. As alegações de ausência de fundamentação da decisão agravada e de invasão da competência desta Corte não suprem a necessidade de impugnação específica dos fundamentos utilizados para inadmitir o recurso especial.

[...]

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1339659/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 17/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, C/C ART. 253, PARÁGRAFO ÚNICO, I, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. É ônus da parte agravante combater especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao recurso especial. Não bastam alegações genéricas quanto à inaplicabilidade dos óbices, sob pena de não conhecimento do recurso.

2. Nos moldes do art. 544, § 4º, I do Código de Processo Civil de 1973, o art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 exige do causídico a devida fundamentação dos recursos, tese corroborada pelo art. 253, parágrafo único, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1110243/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/12/2017, DJe 15/12/2017)

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, é forçoso concluir pelo não conhecimento do presente recurso.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro o valor dos honorários advocatícios arbitrados no acórdão recorrido (e-STJ fl. 564) para R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

